

ENTRE PLATAFORMAS E MÉTRICAS: DO MITO DA QUALIDADE UNIVERSAL À REALIDADE DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SANTANA/AP

Heliadora Georgete Pereira da Costa¹

Rosane Cristina Oliveira²

Resumo:

Este artigo é parte dos estudos preliminares da pesquisa, em andamento, inscrita no Programa de Doutorado em Educação, em fase de amadurecimento epistemológico e de elaboração do projeto de tese, que trata sobre a influência do ambiente urbano no desempenho escolar de alunos do 2º Ano do Ensino Fundamental matriculados na Rede Municipal de Ensino de Santana, no Amapá. O artigo tem como objetivo compreender como as desigualdades socioespaciais e os efeitos da plataformização das avaliações impactam o desempenho escolar dos alunos do 2º Ano, no Município de Santana/AP. A partir de uma abordagem metodológica qualitativa de revisão bibliográfica e fundamentada na teoria de Pierre Bourdieu (1979), sobretudo considerando os conceitos de capital e *habitus*, o estudo busca articular os efeitos da configuração socioespacial da cidade com uma análise crítica das políticas de avaliação, sendo o Sistema Educar pra Valer (SAEV) e o Sistema de Avaliação da Aprendizagem Escolar do Amapá (SisPAEAP). A investigação também incorpora contribuições de autores como Oliveira e Araújo (2005) e Dijck, Poell e Wall (2018), ampliando a discussão sobre os efeitos das reformas educacionais orientadas por organismos multilaterais, a padronização das avaliações e a mercantilização dos dados educacionais. Os resultados evidenciam que a consolidação de um modelo de qualidade pautado exclusivamente em métricas quantitativas invisibiliza as condições estruturais e socioterritoriais que moldam o desempenho escolar, reforçando desigualdades históricas. No município de Santana, observa-se que as escolas localizadas em áreas periféricas apresentam baixos índices de desempenho, o que está diretamente relacionado às precariedades urbanas e à ausência de políticas de planejamento urbano. Dentre os resultados conclui-se que a aferição da qualidade da educação requer uma abordagem sistêmica e territorializada, capaz de articular os dados das avaliações aos contextos sociais, econômicos e culturais dos alunos.

Palavras-chave: Desempenho escolar, Plataformização, Desigualdade educacional, Qualidade da educação, Avaliação em larga escala.

1. Introdução:

O desempenho escolar nas etapas iniciais do ensino fundamental configura-se, atualmente, nas políticas de avaliação demandadas a partir das reformas educacionais e das exigências das agências financiadoras tais como o Banco Mundial, como um indicador essencial de aferição da qualidade da educação básica e para a promoção da equidade educacional (Guerra e Figueiredo, 2021). No contexto urbano de Santana, no estado do Amapá, os resultados das avaliações em larga escala, como Avaliação Nacional da

¹ Pedagoga. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá (PPGE/UNESA). E-mail: heliadoracosta@gmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais pela UERJ/PPCIS, Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá (UNESA). E-mail: rosane.oliv7@gmail.com.

Alfabetização (ANA) revelam disparidades significativas no rendimento dos alunos do 2º ano do ensino fundamental, evidenciando desigualdades educacionais que refletem condições sociais, culturais e econômicas heterogêneas.

A compreensão dessas desigualdades demanda uma análise que ultrapasse a simples aferição quantitativa dos resultados do desempenho escolar, incorporando variáveis de dimensões sociológicas que considerem a reprodução social e os mecanismos de exclusão presentes no campo educacional. A teoria de Pierre Bourdieu, com seus conceitos de capital cultural, *habitus* e campo, oferece um importante arcabouço teórico para interpretar como as diferenças no capital cultural dos alunos influenciam seu desempenho acadêmico e perpetuam as desigualdades no sistema educacional (Bourdieu, 1989).

Adicionalmente, estudos de Bourdieu e Passeron (1975) ampliam a discussão a partir da obra *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, em que fundamentam a análise das desigualdades educacionais como produto da estrutura social, sendo útil para embasar a crítica ao uso de avaliações sem contextualização regional, cultural e social. Ao relacionar as avaliações em larga escala às dinâmicas de desigualdade estrutural, aponta-se para a necessidade de políticas públicas educacionais que enfrentem essas disparidades no contexto urbano. Assim, este artigo tem como objetivo compreender como as desigualdades socioespaciais e os efeitos da plataformização das avaliações impactam o desempenho escolar dos alunos do 2º Ano, no Município de Santana/AP, fundamentando-se na perspectiva teórica de Bourdieu (1989), Bourdieu e Passeron (1975), Oliveira e Araújo (2005) dentre outros.

2. Metodologia:

O presente estudo consiste em uma revisão bibliográfica, articulada a partir da análise crítica de obras e textos de referência que fundamentam teoricamente o doutoramento. A revisão bibliográfica foi conduzida por meio da seleção criteriosa de fontes primárias e secundárias, incluindo artigos científicos, livros, teses e documentos oficiais relacionados aos seguintes temas: desempenho escolar, avaliações em larga escala, desigualdades educacionais e fundamentos teóricos da sociologia da educação, especialmente a perspectiva bourdieusiana.

A busca e a seleção das fontes ocorreram em bases de dados acadêmicas consolidadas, tais como Scielo, CAPES/MEC, Google Acadêmico e bases internacionais, utilizando-se palavras-chave como: “desempenho escolar”, “avaliações em larga escala”, “desigualdades

educacionais”, “Pierre Bourdieu”, “capital cultural”, “*habitus*”, “educação urbana”, SAEV e SisPAEAP.

Os critérios de inclusão envolveram publicações recentes, preferencialmente a partir de 2020 e relevância teórica e empírica para o objeto de estudo e enfoque no contexto brasileiro ou em realidades comparáveis. Além dos clássicos como Bourdieu, Passeron, Brasil Bernstein, cujas obras datam a partir da década de 1970. A análise dos textos selecionados foi realizada por meio da leitura crítica e da sistematização dos principais argumentos, conceitos e dados, possibilitando a construção de uma síntese teórica robusta para fundamentar a discussão dos resultados das avaliações e do desempenho escolar dos alunos do 2º ano no município de Santana.

3. As Políticas de avaliação em larga escala e a plataformização da educação brasileira

De acordo com o Grupo de Trabalho GT plataformas educacionais do CGI.br, em dados apresentados em 2022, a “Plataformização” ou “sociedade de plataformas” é o termo utilizado para descrever como a vida humana, seus fluxos econômicos e de convivência social são modulados por um ecossistema global de plataformas digitais *on-line*” (CGI.br, 2022, p. 18). Esse sistema de uso de plataformas digitais é uma realidade, cuja utilização na educação tem avançado de maneira considerável a partir do ano de 2020, com a emergência da Pandemia da COVID-19.

A partir disso, as políticas públicas de avaliação educacional em larga escala têm se consolidado como instrumentos centrais para o diagnóstico, o monitoramento e o aprimoramento da qualidade do ensino no Brasil, fazendo surgir no cenário educacional atual o que Oliveira e Araujo (2005, p. 12) denominaram como um novo indicador da qualidade, sendo que “a educação brasileira vem incorporando um terceiro indicador de qualidade, relativamente novo entre nós, [...] que é a qualidade indicada pela capacidade cognitiva dos estudantes, aferida mediante testes padronizados em larga escala”. Nesse sentido, a implementação sistemática desse modelo de avaliações, como o SAEV e a ANA, e, em âmbito estadual e municipal, sistemas como o SISPAEAP e o SAEV, no Estado do Amapá, refletem uma tendência global de adoção de métricas padronizadas para mensurar o desempenho escolar e orientar decisões administrativas e pedagógicas da educação brasileira.

Os autores Dijck, Poell e Wall (2018, *apud* CGI.br, 2022) em sua pesquisa sobre o fenômeno da plataformização da educação no contexto europeu, apresentada no livro “*The Platform Society*”, fazem uma importante conceituação do que são plataformas e, especificamente sobre a plataformização da educação. De acordo com os autores, esse é um fenômeno crescente e que desafia a concepção de educação como bem público, uma vez que “Em um mundo conectado, a interoperabilidade tecnológica é um veículo de comercialização e plataformas educacionais se tornaram um campo de batalha para conflitos entre interesses privados, corporativos e públicos” (Dijck, Poell e Wall, 2018, p. 134, *apud* CGI.br, 2022, p. 22).

Nesse contexto, a plataformização da educação brasileira, caracterizada pela utilização crescente de sistemas digitais para coleta, armazenamento e análise de dados educacionais, tem transformado a gestão escolar, bem como as práticas pedagógicas e avaliativas. As plataformas tecnológicas desenvolvidas e administradas por empresas privadas proporcionam maior agilidade no processamento dos resultados das provas que são constantemente aplicadas aos alunos, contudo, “como resultado da mercantilização, os dados de aprendizagem tornaram-se uma moeda valiosa” (Dijck, Poell e Wall, 2018, p. 134, *apud* CGI.br, 2022, p. 22). Essa mercantilização dos dados tem se transformado em uma corrida acirrada por bonificações, colocando em xeque a qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos.

A crescente dependência das tecnologias digitais, o apostilamento e a padronização das avaliações também suscitam debates acerca dos seus impactos sobre a diversidade e a complexidade dos processos educacionais, uma vez que a plataformização da educação, chamada de “dataficação e personalização de fato levantam muitos aspectos sociais, éticos e questões normativas relativas ao tipo de educação com que as crianças podem se envolver com o futuro” (Dijck, Poell e Wall, 2018, p. 134, *apud* CGI.br, 2022, p. 22). Outro fato a considerar é que:

Os mecanismos de dataficação, personalização, e a mercantilização penetraram profundamente na edificação da educação, não apenas transformando o conteúdo dos materiais de aprendizagem e os processos de aprendizagem dos alunos, mas também afetando os princípios pedagógicos, bem como a organização das escolas e universidades (Dijck, Poell e Wall, 2018, p. 134, *apud* CGI.br, 2022, p. 22).

Estudos como os de Oliveira e Araújo (2005) apontam que a ênfase em dados quantitativos pode reduzir a avaliação a indicadores simplificados, negligenciando aspectos qualitativos e contextuais fundamentais para a compreensão dos processos de aprendizagem.

Além disso, o uso de plataformas digitais pode reproduzir e aprofundar as desigualdades educacionais, uma vez que o acesso e o domínio das tecnologias variam entre diferentes contextos socioeconômicos dada a realidade histórica, regional e a extensão geográfica que compõe o território brasileiro. Nesse contexto, considerando Oliveira e Araújo (2005, p. 13) o “direito à educação tem sido mitigado pelas desigualdades tanto sociais quanto regionais, o que inviabiliza a efetivação dos dois outros princípios basilares da educação entendida como direito: a garantia de permanência na escola e com nível de qualidade equivalente para todos”.

No âmbito do Estado do Amapá, a integração das avaliações em larga escala com plataformas digitais, como o sistema SISPAEAP e o SAEV, permite um acompanhamento mais detalhado do desempenho dos alunos e, em certa medida a vigilância dos processos pedagógicos. Todavia, é importante suscitar reflexões em torno dessas políticas de avaliação, buscando compreender até que ponto realmente elas podem representar um avanço significativo na transparência e eficiência da gestão educacional ou mesmo se os altos resultados no desempenho dos alunos podem ser traduzidos como sinônimo de avanço na qualidade da educação e do ensino. Outro aspecto igualmente importante a ser analisado refere-se aos parâmetros utilizados para abarcar o conceito de qualidade estabelecido pelos modelos de acompanhamento dos resultados por meio das plataformas digitais. Para Oliveira e Araujo (2005, p. 12) “Se existem políticas e programas que induzem a aprovação, a tarefa de aferir a qualidade num sistema com um índice de conclusão igual ou superior a 70% torna-se mais complexa”.

É imprescindível que essas políticas e ferramentas utilizadas de forma crescente nos últimos anos pelas redes de ensino brasileiras estejam acompanhadas de políticas que minimizem as disparidades tecnológicas existentes entre as escolas localizadas no espaço urbano e rural, visando diminuir as disparidades regionais e as desigualdades educacionais que são produzidas e aprofundadas nesses diferentes contextos. Portanto, as políticas públicas de avaliação em larga escala aliadas à plataformização da educação configuram-se como elementos estratégicos de aferição dos resultados do desempenho escolar dos alunos, mas que precisam ser estudados, analisados, a fim de compreender como a qualidade educacional vem sendo, de fato alcançada, demandando uma abordagem crítica das políticas educacionais de avaliação.

4. O discurso da qualidade do ensino e as desigualdades educacionais: articulações com o desempenho escolar e o contexto urbano

A concepção de qualidade, difundida nas políticas educacionais contemporâneas, no Brasil, é marcada por um alto grau de ambiguidade. Como mostram Oliveira e Araujo (2005), esse conceito assumiu ao longo da história diferentes sentidos, estando em determinados períodos vinculado ao acesso, ora ao fluxo escolar e ora ao desempenho medido por avaliações padronizadas, que medem resultados sem, contudo, considerar as condições concretas de oferta do ensino, principalmente na realidade brasileira onde há grandes diferenças regionais.

Logo, discutir a qualidade da educação implica reconhecer que esse conceito é historicamente construído, marcado por disputas de sentidos e condicionado pelas estruturas políticas, econômicas, sociais e territoriais. Conforme afirmam Oliveira e Araujo (2005, p. 6), “é muito difícil, mesmo entre especialistas, chegar-se a uma noção do que seja qualidade de ensino”, isso porque o conceito de qualidade, na educação, é “polissêmico” Oliveira e Araujo (2005, p. 6), assumindo significados distintos conforme os interesses, os valores e posições que os sujeitos ocupam. Ao ser aplicado indistintamente aos diferentes contextos do vasto território nacional, a qualidade aplicada às políticas de avaliações, por exemplo, pode revelar-se insuficiente para explicar e enfrentar as desigualdades educacionais em cada região do País.

No município de Santana-AP, *lócus* da minha pesquisa de doutoramento, essa realidade se expressa de forma evidente. As variáveis socioespaciais tais como a precarização da infraestrutura urbana, *déficit* de equipamentos públicos e elevada vulnerabilidade social da população impactam diretamente o processo de escolarização e, conseqüentemente, o desempenho escolar dos alunos. Diante disso, considera-se discutir na pesquisa a qualidade da educação como direito e como um desafio estrutural que reflete sobre o desempenho escolar dos alunos.

A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer o direito à educação, incorporou como princípio a garantia de padrão de qualidade em seu art. 206, inciso VII como princípio (Brasil, 1988), essa diretriz permanece fragilizada, pois, como questionam Oliveira e Araujo (2005, p. 17) “como caracterizar um ensino com ou sem qualidade se não há parâmetros para o julgamento?” Posteriormente, esse princípio foi reforçado pela LDB vigente, que define

padrões mínimos de qualidade vinculados à oferta de insumos indispensáveis para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem (Brasil, 1996).

Essa ausência de parâmetros concretos e de investimentos estruturais acaba por manter e reproduzir as desigualdades educacionais, expondo um quadro de diferenciação regional. Pois, “as medidas de correção do fluxo escolar têm atingido apenas parcialmente o quadro de iniquidades da educação brasileira, fazendo com que o direito à educação cumpra apenas de forma precária e pouco efetiva o seu ideal igualitário e emancipador” (Oliveira e Araujo, 2005, p. 15). Logo, a expansão do acesso à escola, sem a correspondente ampliação dos investimentos em infraestrutura, formação docente e recursos pedagógicos, tem produzido um fenômeno de escolarização precária, na qual o acesso não se converte automaticamente em permanência com sucesso e aprendizagem efetiva.

Considerando ainda a análise proposta por Oliveira e Araujo (2005), pode-se perceber que esse fenômeno é observado de maneira contundente no município de Santana-AP, onde o desempenho dos alunos reflete as assimetrias existentes entre diferentes áreas urbanas. As escolas localizadas em bairros com melhores condições, com transporte escolar e equipamentos públicos apresentam desempenho superior nas avaliações, quando comparadas às escolas situadas em bairros periféricos caracterizados pela ausência de infraestrutura e com maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade. Corroborando com Oliveira e Araujo (2005, p. 9), quando discutem as oportunidades de acesso à escola, em que afirmam que “as vagas para a etapa obrigatória de escolarização estão concentradas naquelas regiões de ocupação urbana mais antiga e que dispõem de infra-estrutura”, fenômeno que acontece em Santana/AP.

Como proposto por Oliveira e Araujo (2005), quanto às desigualdades regionais no desempenho dos alunos, pode-se considerar que ao analisar a realidade do contexto educacional da cidade de Santana-AP evidencia-se, preliminarmente, a relação entre o desempenho escolar dos alunos e as desigualdades socioespaciais. Nesse sentido, Oliveira e Araujo (2005, p. 16) ao discutirem sobre o PISA, alertam que “Os estudantes com os melhores desempenhos no PISA, freqüentemente vêm de escolas compostas pelos grupos em vantagem socioeconômica”, o que denota, em nossa análise, que condições socioeconômicas e estruturais incidem sobre o “sistema escolar, e que esta tem estreita relação com o alto ou baixo desempenho acadêmico dos estudantes” (Oliveira e Araujo, 2005, p. 16). No caso dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Santana, essa relação é particularmente sensível, pois

a fase da alfabetização exige não apenas práticas pedagógicas qualificadas, mas também condições materiais e ambientais adequadas.

Com o fortalecimento das avaliações em larga escala, consolida-se um modelo de mensuração da qualidade pautado no desempenho escolar dos alunos, sobretudo em língua portuguesa e matemática, mantendo forte vigilância sobre os resultados. Em Santana, os alunos são avaliados pela ANA, SAEV e pelo SisPAEAP, com testes padronizados que objetivam levantar dados sobre o desempenho escolar. Tanto o SAEV quanto o SisPAEAP têm sido utilizados como instrumentos centrais para avaliar os alunos, especialmente no que se refere aos níveis de alfabetização e letramento. Embora essas avaliações cumpram a função de gerar dados quantitativos sobre o desempenho, sua utilização isolada, sem articulação com políticas de melhoria da infraestrutura escolar, formação docente e enfrentamento das desigualdades educacionais e sociais, tende a reforçar uma concepção restrita e tecnicista sobre a qualidade da educação.

A consolidação desse modelo de avaliação implantado no Brasil, favorece o deslocamento da educação do campo do direito sob garantia constitucional para o plano da performance, ou seja, dos altos índices de desempenho. De acordo com Oliveira e Araujo, (2005, p. 12) a qualidade da educação vem sendo “indicada pela capacidade cognitiva dos estudantes, aferida mediante testes padronizados em larga escala”. Tal modelo de avaliação da qualidade, alinhada a modelos internacionais como o PISA, foi paulatinamente adotada pelos sistemas de ensino brasileiros, inclusive no Estado do Amapá.

Essas políticas de avaliação operam sob a perspectiva de que a qualidade do ensino pode ser aferida a partir dos resultados obtidos em testes de leitura, escrita e matemática, desconsiderando, muitas vezes, as condições estruturais, sociais e territoriais que impactam o processo de escolarização. Como alertam Oliveira e Araujo (2005, p. 18), esse modelo “não possui efetividade, visto que pouca ou nenhuma medida política ou administrativa é tomada a partir dos seus resultados, ou seja, não possuem validade consequential”.

Nesse contexto, Oliveira e Araujo (2005) ao problematizarem o movimento da qualidade da educação condicionada às políticas de avaliação em larga escala, ou seja, dos programas de aprovação direta e elevado índice de aprovação indicam que é salutar o questionamento dessas políticas. Em Santana/AP, embora os índices de aprovação e fluxo escolar tenham melhorado, as avaliações do SAEV e SisPAEAP continuam revelando baixos

níveis de desempenho em leitura, escrita e resolução de cálculos, especialmente nas escolas situadas em áreas de maior vulnerabilidade social.

Portanto, embora as políticas de avaliação sejam instrumentos legítimos para monitorar o desempenho escolar, sua eficácia como política de aferição da qualidade permanecerá limitada se não for articulada às políticas estruturantes de enfrentamento das desigualdades materiais, pedagógicas e socioespaciais. Ao deslocar o foco da mera aferição de resultados para uma análise que considere as múltiplas dimensões da desigualdade educacional, reafirma-se a necessidade de políticas que garantam, de forma concreta, o direito à educação, superando as armadilhas da lógica meritocrática e da responsabilização individual, que fragilizam o princípio do direito à educação como um bem público, social e universal.

5. Desigualdades produzidas pelo contexto urbano e suas influências sobre o desempenho escolar

O contexto urbano brasileiro é marcado por profundas desigualdades sociais que se refletem diretamente no acesso, permanência e desempenho escolar dos alunos. A distribuição desigual de recursos, a segregação socioespacial e as condições de vida nas cidades impactam as oportunidades educacionais e perpetuam ciclos de exclusão.

Segundo Ferreira et al. (2024, p. 1), “a má distribuição de recursos materiais e tecnológicos, aliada à falta de suporte adequado aos professores, foi identificada como um dos maiores desafios para a qualidade da educação”. Além disso, o isolamento social cria barreiras ao acesso a oportunidades educacionais de qualidade. Para Ribeiro e Koslinski “a distribuição desigual da população no espaço urbano gera efeitos sobre as condições objetivas e subjetivas que influenciam os resultados escolares, especialmente para as crianças e adolescentes de segmentos sociais vulneráveis que residem em regiões pobres e segregadas” (Ribeiro e Koslinski, 2010, p. 14)

Nesse sentido, percebe-se que o desempenho escolar é afetado tanto por fatores internos à escola quanto por aspectos externos relacionados ao entorno social e urbano, causadores de múltiplas dificuldades que podem influenciar a permanência dos alunos na escola, bem como o desempenho dos mesmos. Assim, de acordo com Almeida (2017, p. 361) “Sob a proxy nível socioeconômico, há vários aspectos externos que não apenas influenciam a

criança antes do processo de escolarização, compondo sua proficiência inicial, como continuam a influenciá-la durante todo o período em que frequenta a escola”.

É importante ainda compreender que a exclusão escolar não ocorre apenas pela ausência de vagas, uma vez que “na atual conjuntura, entende-se que o problema não se concentra mais no acesso à escola, mas sim na qualidade do ensino” (Ferreira, Lima e Vasconcelos, 2023, p.8). Sobre a qualidade é preciso analisar também a inadequação dos currículos, que quase sempre não são pensados para atender as realidades das classes populares. O currículo escolar, muitas vezes, é concebido a partir do “conhecimento dos poderosos” (Young, 2014 *apud* Galian e Louzano, 2014, p. 1117) e não contempla as necessidades das classes menos favorecidas. Com isso, pode-se dizer que o desempenho escolar deve ser dimensionado a partir das diferentes formas de desigualdades as quais alunos historicamente excluídos sofrem em uma escala mais ampla.

Considerando esse panorama em que se desenvolvem as políticas educacionais atualmente, as desigualdades educacionais manifestas no desempenho escolar dos alunos do 2º ano do ensino fundamental em contextos urbanos como de Santana/AP, cidade de médio porte da Amazônia Amapaense estão intrinsecamente relacionadas às condições socioeconômicas e culturais produzidas pelo contexto urbano, pois “não se pode desprezar a forte influência do nível socioeconômico das famílias dos estudantes no desempenho escolar destes” (Coleman *et al.*, 1966 *apud* Almeida, 2017, p. 363). A urbanização acelerada da cidade de Santana, marcada por processos de segregação espacial, desigualdade no acesso a serviços públicos e múltiplas vulnerabilidades sociais, configura um cenário no qual as oportunidades educacionais são desigualmente distribuídas. Considerando Bourdieu (1998 *apud* Almeida, 2017, p. 363) “não se pode ignorar a influência do fator sociocultural, já que, embora o aspecto socioeconômico seja importante para a análise do desempenho escolar, há também de se reconhecer a dimensão cultural que se transforma em um tipo de capital”

Segundo Bourdieu (1989), o capital cultural desempenha papel fundamental na reprodução das desigualdades sociais por meio do sistema educacional, uma vez que os alunos oriundos de famílias com maior acesso a recursos culturais tendem a apresentar melhor desempenho escolar. Essa desigualdade se potencializa no contexto urbano, onde as disparidades econômicas e sociais são mais evidentes, afetando diretamente a qualidade do aprendizado.

Além disso, o contexto urbano de Santana é marcado por desigualdades estruturais que interferem nas condições de ensino e aprendizagem, como a insuficiência de infraestrutura escolar adequada, falta de recursos didáticos e a precariedade na oferta de transporte escolar, que são alguns dos fatores que impactam o rendimento dos alunos. A concentração de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica em determinadas áreas da cidade, principalmente nas áreas de ressaca³, reforça o ciclo de exclusão educacional, prejudicando o desenvolvimento das competências estabelecidas nas políticas curriculares e de avaliação, cujos resultados são amplamente cobrados ao final do 2º ano, período determinado para a plena alfabetização dos alunos.

É importante olhar os resultados do desempenho correlacionando-os com os fatores ligados às desigualdades sociais produzidas no contexto urbano da cidade, neste caso específico de Santana, buscando compreender como estes influenciam a escolarização dos alunos. Outro fator indispensável para discussão deve concentrar-se no entendimento se a métrica, sem considerar os fatores sociais, culturais e econômicos dos resultados pode representar qualidade da educação.

Portanto, compreender as desigualdades produzidas pelo contexto urbano e sua influência no desempenho escolar é fundamental para a formulação de estratégias pedagógicas e administrativas que respondam às demandas específicas de municípios como Santana, contribuindo para a redução das disparidades educacionais e para a promoção da inclusão escolar.

6. Considerações finais:

O estudo das variáveis socioespaciais e sua influência sobre o desempenho escolar dos alunos do 2º Ano do ensino fundamental em Santana/AP, evidencia avanços importantes no processo de alfabetização, apontando para o impacto positivo das políticas públicas educacionais implementadas localmente. Persistem desafios estruturais decorrentes das desigualdades socioeconômicas e culturais produzidas pelo contexto urbano, que afetam diretamente o rendimento escolar e o acesso equitativo ao aprendizado.

A perspectiva de Bourdieu (1975, 1989) é fundamental para compreender como o capital cultural e o *habitus* influenciam a reprodução das desigualdades educacionais,

³ Ressacas são áreas úmidas, sob proteção ambiental, porém invadidas por habitações sobre palafitas.

reforçando a necessidade de políticas que atuem além do espaço escolar, promovendo a inclusão educacional das comunidades vulneráveis. Além disso, a plataformização da educação, ao facilitar o monitoramento e a análise dos dados educacionais é uma ferramenta que vem sendo utilizada na gestão de políticas de avaliação e currículo, mas precisa ser investigada e analisada, a fim de compreender para onde vão os dados, a quem eles interessam e eles são suficientes como parâmetros para medir a qualidade da educação pública.

Portanto, é fundamental o debate nesse contexto, cuja finalidade é o fortalecimento de políticas educacionais integradas e contextualizadas, que promovam a equidade e a qualidade da educação, considerando as especificidades e a diversidade regional do Brasil. Este estudo contribui para ampliar a discussão e a compreensão das dinâmicas educacionais na Amazônia, oferecendo subsídios para debater a temática entre gestores, educadores e formuladores de políticas no desenvolvimento de estratégias que promovam a equidade e a melhoria contínua do desempenho escolar no ensino fundamental.

7. Referências:

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ALMEIDA, L.C. As desigualdades e o trabalho das escolas: problematizando a relação entre desempenho e localização socioespacial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22 n. 69 abr.-jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/p7Pvs4NGGJjLRbrNjwqdqrt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 mai. 2025.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 7. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 64 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf. Acesso em: 30 mai. 2025.

BERNSTEIN, B. *Class, Codes and Control: Theoretical Studies towards a Sociology of Language*. Londres: **Routledge & Kegan Paul**, 1975. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4324/9780203014035>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BOURDIEU, P.; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: **Francisco Alves**, 1975.

BOURDIEU, P. O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Disponível em: [/https://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligiosas/pages/arquivos/fabio_lanza/Textos_Soc.%20Relig/3.Mod_BOURDIEU%20P.%20O%20Poder%20Simbolico.pdf](https://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligiosas/pages/arquivos/fabio_lanza/Textos_Soc.%20Relig/3.Mod_BOURDIEU%20P.%20O%20Poder%20Simbolico.pdf). Acesso em: 15 mai. 2025.

CGI.br. Educação em um cenário de plataformização e de economia dos dados: problemas e conceitos **[livro eletrônico]**. [editor] **Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR**. - São Paulo, SP: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. PDF. Disponível em: https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/20220929112852/educacao_em_um_cenario_de_plataformiza%C3%A7ao_e_de_economia_de_dados_problemas_e_conceitos.pdf. Acesso em: 10 de jul. 2025.

FERREIRA, P. V., *et al.* Infraestrutura escolar e desigualdade socioeconômica: o retrato das escolas paulistas. CORDIS: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, São Paulo, n.33, jul-dez 2024, e68812. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/68812/46161>. Acesso em: 10 mai. 2025.

FERREIRA, C.G; LIMA, L de; VASCONCELOS, F. H.L. Políticas Públicas de Financiamento da Educação no Brasil: Reflexões teórico-metodológicas sobre o FUNDEB. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 13, p. 01-13, e34507, 2023. ISSN 2237-9444. DOI: [HTTPS://doi.org/10.34019/22379444.2023.V13.34607](https://doi.org/10.34019/22379444.2023.V13.34607). Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/34607>. Acesso em: 10 mai. 2025.

GALIAN. C. V. A.; LOUZANO, P. B. J. Michael Young e o campo do currículo: da ênfase no “conhecimento dos poderosos” à defesa do “conhecimento poderoso”. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1109-1124, out./dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022014400400201>. Disponível em: [/https://www.scielo.br/j/ep/a/Cqgn6mVxtGt7fLNpTgXwS5L/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/ep/a/Cqgn6mVxtGt7fLNpTgXwS5L/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 20 jun. 2025.

GUERRA, M. A. M.; FIGUEIREDO, M. J. de. Proposições do Banco Mundial para a política educacional brasileira (2016-2018). **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e 231359, 2021. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147231359>.

OLIVEIRA, R. P de.; ARAUJO, G. C de. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação**. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, jan./abr. 2005, p. 5-24.

RIBEIRO. L. C de Q.; KOSLINSKI, M. C.; ALVES, F.; LASMAR, C. (Organizadores). Desigualdades urbanas, desigualdades escolares, Rio de Janeiro: **Letra Capital: Observatório das Metrôpoles**: IPPUR/UFRJ, 2010. 334p. - (Metrôpoles), ISBN 978-85-7785-074-7. Disponível em: https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/desigualdades_escola_res.pdf. Acesso em: 16 Mai. 2025.